# A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE RUY MAURO MARINI

notas sobre "estruturas de sentimentos" e o pensamento crítico latino-americano

Adelia Maria Miglievich Ribeiro<sup>1</sup> Vinícius Tomaz Fernandes<sup>2</sup>

Resumo: Trazemos aqui a história de vida de Ruy Mauro Marini, intelectual orgânico nos termos gramscianos e um dos principais formuladores da Teoria Marxista da Dependência. Ao eleger Marini, nosso intento foi estudar a atmosfera de mudanças experimentada por uma específica geração latino-americana, quando ainda se forjava a utopia da realização do socialismo e da vitória sobre o imperialismo, paradoxalmente, em tempos de repressão política. Para tal, fazemos uso do conceito de "estruturas de sentimentos", de Raymond Williams, propositor do materialismo cultural que insere o debate da cultura como lócus da luta política no marxismo. No exame de trajetórias de vida de pessoas e grupos enredados na biografia de Marini, descobrimos a configuração da unidade concreta das experiências sentidas pelos intelectuais críticos em sua resistência no exílio. A pesquisa leva-nos a concluir acerca de uma contra-hegemonia verificada na consciência prática de uma rede de intelectuais que fez germinar uma das mais férteis criações teóricas a partir da periferia e participa do empenho maior de se remapear as trajetórias destes indivíduos e grupos nos anos 1960-70 na América Latina.

**Palavras-chave:** Ruy Mauro Marini. Trajetória. Redes intelectuais. Estruturas de sentimentos. América Latina.

Abstract: We bring here the life story of Ruy Mauro Marini, organic intellectual in gramscian terms and one of the main formulators of the Marxist Theory of Dependence. Choosing Marini, we attempted to study the atmosphere of change experienced by a specific Latin American generation when the utopia of victory over imperialism and the achievement of socialism was still alive, paradoxically in times of political repression. To this end, we use the concept of "structures of feelings" by Raymond Williams, who proposes the cultural materialism that inserts the debate of culture as the locus of political struggle in Marxism. In examining the life trajectories of people and groups entangled from Marini's biography, we discover the configuration of the concrete unity of the experiences felt by the critical intellectuals in their resistance in exile. The research lead us to conclude about a counter-hegemony verified in the practical consciousness of a network of intellectuals that has germinated one of the most fertile theoretical creations from the periphery and participates in the greater effort to remap the trajectories of these individuals and groups in the sixties and seventies in Latin America.

**Keywords:** Ruy Mauro Marini. Trajectory. Intellectual networks. Structures of feelings. Latin America.

100

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia (PPGSA-IFCS/UFRJ); Professora Adjunta do PGCS/UFES e PPGL/UFES. E-mail: miglievich@gmail.com

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Sociólogo e Mestrando em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: viniciustomazfernandes@gmail.com

# Introdução

Atentar para as formas institucionalizadas no campo de investigação *na* América Latina *sobre* a América Latina é uma orientação analítica bastante usual; outra é perceber, diante das deficiências da institucionalização e do conturbado processo democrático no continente, que uma maior atenção às biografias e à prosopografia<sup>3</sup> pode nos render mais e melhores resultados na atenção a trajetórias pessoais e de grupos bem como seus entrecruzamentos. Estas, continuamente se fazendo e se desfazendo, se reagregando, se reinventando, numa dinâmica intensa entre o institucional e o não-institucional, tendem a capturar melhor a vida em suas nuances, tons e movimentos, por vezes mais sutis, nem por isso menos decisivos, também na história da produção intelectual crítica latino-americana.

Não se trata aqui uma opção pelo individualismo metodológico em oposição ao coletivismo, nem um *revival* da infértil polêmica entre agência e estrutura, ao contrário, requer, mais do que tudo, uma perspectiva relacional que podemos combinar com o materialismo cultural do galês Raymond Williams (2003; 2011) - um dos fundadores da *New Left Review* britânica e interlocutor, dentre outros, de Richard Hoggart, Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Perry Anderson. Crítico do marxismo sem perder, por isso, suas referências, destaca-se na primeira geração dos Estudos Culturais que substitui a ênfase na cisão entre infra e super-estrutura pelo foco nos processos cotidianos, nas vivências e experiências, nas práticas dos humanos mediante as quais eles se afetam mutuamente e fazem a história real.

Seu conceito de "estruturas de sentimentos" parece-nos especialmente fértil para pensar o processo de surgimento de uma onda crítica na América Latina, sobretudo nos anos 1960 e 1970, uma vez que, segundo Soares (2011, p. 97), que expressa "uma tentativa de apreender processos de emergência de experiências típicas que constituem um certo quadro geracional". Pensar "geração", a partir de Williams (2011), é entendê-la como produtora de um "sistema central de práticas" ou um "(...) conjunto de significados e valores que (...) experimentados como práticas aparecem confirmando-se mutuamente" (Williams, 2011, p.53). E, não falamos de qualquer geração, mas daquela fortemente ligada ao *sentimento* da utopia.

2

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> De *prosopon* ("caráter" ou "pessoal") mais *graphein* ("escrever"), o termo prosopografia firmou-se no campo da história antiga para designar "biografia coletiva". A intenção básica consiste no exame dos laços familiares e das carreiras de um número considerável de pessoas numa dada sociedade, num determinado período, com vistas ao estabelecimento de interferências a respeito da estrutura social e do sistema político. Cf. Miceli, 1980, p. 3.

A noção de "estruturas de sentimentos", basilar no materialismo cultural de Raymond Williams, serve como óculos para o investigador visualizar com maior nitidez a sociogênese das tramas sociais, logo, aquelas interações menos visíveis que aproximam, distanciam, opõem, alinham, transformam as pessoas, os grupos, os acontecimentos, as instituições. Permite-lhe perscrutar as trajetórias, formas de produção/recepção, circulação cultural, redes, pertencimentos em cada sociedade determinada, a cultura comunitária compartilhada (Oliveira, 2014) naqueles momentos de alteração ou perturbação da ordem. Marcelo Ridenti (2010) faz uso do conceito em *Brasilidade revolucionária* (2010), compreendendo-o como "uma estrutura de sentimentos (que) daria conta de significados e valores tais como são sentidos e vividos ativamente" (os parênteses são nossos), indefinidos e difusos, ainda não burocratizados, por isso mesmo, capazes de "driblar" a hegemonia. Ao fim, esta é a preocupação de Williams, sob a inspiração de Gramsci (1982): os processos de construção da hegemonia e, sobretudo, as possibilidades de contra-hegemonia.

Nosso objeto de estudo implica "tocar" a atmosfera de mudança na América Latina no escrutínio das realizações de alguns de seus eminentes intelectuais que, viviam, paradoxalmente, a tensão da repressão e do exílio. Falamos de ambiência, clima, sentido de época, sem recair no idealismo, mas retomando o debate da cultura como lócus da luta política. No exame de trajetórias de pessoas e grupos, descobrimos a configuração da "estrutura de sentimentos", a unidade concreta das experiências sentidas pelos indivíduos em cada época e podem revelar, também, suas fissuras, brechas, emergências, criatividade, resistências. Denominar como "sentimento" é, portanto, mais apropriado que "visão de mundo" ou "ideologia" dado que antecipam crenças sistemáticas e formais, algo como "pensamento tal como sentido e sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tempo presente, numa continuidade viva inter-relacionada" (Williams, 2003, p. 134-5).

O que me parece especialmente importante nessas estruturas de sentimentos em transformação é que elas costumam preceder as transformações mais reconhecíveis do pensamento e da crença formais que compõem a história habitual de consciência e que, embora correspondam muito de perto a uma verdadeira história social de homens vivendo em relações sociais reais e em transformação, precedem, mais uma vez, as alterações mais reconhecíveis nas instituições formais e nas relações sociais que constituem a história mais acessível e, de fato, mais habitual (Williams, 2011, p. 35).

Elegemos o intelectual brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997) que produziu, jamais sozinho, aquela que se tornou famosa como Teoria Marxista da Dependência, que exemplifica

como a produção de uma teoria inovadora e disruptiva, a expressar uma crítica substantiva à servidão latino-americana, confunde-se com os passos daquele ou daqueles que se dedicaram a elaborá-la. Interessa-nos perseguir a trajetória de nosso autor, desde ainda jovem estudante até o retorno do exílio, entre climas mais otimistas e outros irrespiráveis na ambição de que o presente estudo possa contribuir na construção futura de um mapa que permita identificar a excepcional rede de intelectuais críticos brasileiros no exílio latino-americano.

## 1. Uma sociologia dos intelectuais

É plausível pensar que os assim denominados intelectuais possuem um lugar privilegiado de fala na sociedade, não por se tratar de um estrato social à parte, mas pelo sentido de "missão" que encabeçam, que os tornam algo como "antenas" de um tempo de mudanças. Tais homens e tais mulheres assumem sua vocação pública e tomam para si a tarefa de um reordenamento social, de modo que também se apresentam como espécie de catalisadores, ou mesmo condutores das transformações iminentes.

Em acordo com Glaucia Villas Bôas (2006), podemos dizer que se formava desde os 1950, no Brasil, uma *intelligentzia* vigorosa, termo tomado de empréstimo de Karl Mannheim (1986), o sociólogo húngaro cujas teses sobre a ligação do *pensamento* ao *ser* impactou os meios filosóficos e sociológicos da época e, quando recepcionado entre os brasileiros, serviu à proposição do intelectual público e comprometido com o "fazer histórico". Tal identificação, a par do rigor de sua formação, é o que, segundo Mannheim, o tornaria apto ao desenvolvimento da utopia, isto é, à síntese de elementos díspares na configuração de uma realidade mais aperfeiçoada que a anterior. Não despreza as interseções entre *intelligentzia* e classe, mas acentua que os intelectuais realizam escolhas e alianças sem abdicar do que o caracteriza: seu ceticismo e múltiplo perspectivismo. O intelectual mannheimiano distancia-se do gramsciano que rompe com qualquer chance de autonomia e independência neste ofício.

Para Gramsci, o intelectual é aquele que, oriundo de determinada classe social, pôde se liberar de horas de trabalho para uma maior dedicação à "organização da cultura" ou articulação de uma contra-hegemonia, entretanto, "todos são intelectuais (...). Porque não existe atividade humana da qual se possa excluir alguma intervenção intelectual" (Gramsci, 1975, p. 1516). O intelectual orgânico, em distinção ao tradicional, estabelece uma relação

democrática em seu cotidiano, descortina um horizonte ético-político que reconheça os subjugados como sujeitos políticos. O que alimenta sua práxis é o partido da classe operária, "intelectual coletivo", a organização política, o movimento social. O intelectual orgânico há de estar no *front*, nas ruas, no campo, nas lutas, em osmose com as camadas populares, protagonistas de um projeto emancipatório, ativos e imbuídos de "espírito criativo" para a concretização do socialismo.

A partir do momento em que um grupo subalterno se torna realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, ou seja, um novo tipo de sociedade e, portanto, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as armas ideológicas mais sofisticadas e decisivas (Gramsci, 1975, p. 1509).

O conceito de "hegemonia" que Gramsci herdara de Lênin é central para o materialismo cultural de Williams. Tendo aprendido que realização da hegemonia se dá articuladamente à dimensão educativa- intelectual e desencadeia transformações revolucionárias, os integrantes da *New Left Review* percebem-se a si próprios como intelectuais orgânicos, sabendo que "(...) conquistas ... são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos" (Gramsci, 1982, p.9).

Pensamos Ruy Mauro Marini como intelectual orgânico. Brasileiros e hispanoamericanos, nos anos 1960-70, superavam a tradição de mútuo afastamento e se empenhavam
em pensar as questões candentes da América Latina. Segundo Rama (2008), naqueles anos
marcados por trágicos episódios, os intelectuais brasileiros descobriam a América Hispânica.
Falando a partir da periferia, os intelectuais no exílio latino-americano percorreram, dentre
outros, o México e o Chile, atuando nos movimentos políticos, escrevendo na imprensa,
lecionando em universidades, pensando incessantemente acerca de como a realidade vivida
poderia ser superada.

Examinar a vida cotidiana de Ruy Mauro é trazer o intelectual para o mundo dos comuns. Sua experiência articulada com a de outros homens e outras mulheres redefinem a "totalidade da consciência" que se manifesta ativamente na cultura, não como uma esfera da consciência separada do ser social, mas como um processo de luta social e política, uma

resposta coletiva e criativa a um novo momento histórico. Apelando para a categoria de "estruturas de sentimento" de Williams, somos induzidos à observação das "culturas emergentes" que aqueles homens e aquelas mulheres produziram. Nalguma medida, sendo fiel a Marx para quem não há "a consciência", se não seres conscientes, dizemos que não há aqui uma história de conceitos, mas de vidas. Escrevemos nas próximas páginas a trajetória de vida de Marini.

## 2. Primeira fase: a formação de um intelectual e o primeiro exílio

Ruy Mauro Marini nasceu em Barbacena, Minas Gerais, em 1932. Sua mãe, filha de uma tradicional família de latifundiários que "quebrou" após a abolição da escravatura. Seu pai, filho de um alfaiate e uma camponesa, era professor de matemática na escola agrícola local e, posteriormente, formou-se em Direito e se tornou, mediante concurso público, fiscal de imposto de consumo.

O ensino público proporcionou uma boa formação ao jovem Ruy Mauro Marini. No Colégio Estadual de Barbacena teve contato com o latim, inglês, francês e espanhol, além de uma boa formação em literatura, história, geografia e matemática. Aos 18 anos, em 1950, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde planejava estudar para o vestibular de Medicina. A mudança de cidade também o fez alterar seus planos. Não sentia tanta atração pelas ciências físicas e naturais como sentia pelo cinema, teatro, praias e boemia (Marini, 2005). É, portanto, o Rio de Janeiro que se constitui como um lócus decisivo para Marini, afastando-o da medicina e o aproximando das humanidades.

De um emprego a outro – entre recenseador no Censo Demográfico e tradutor de matérias jornalísticas em inglês – Marini pôde se dedicar autodidatamente à literatura, poesia, teatro, história e filosofia. Três anos mais tarde, em 1953, voltaria a se preocupar com sua escolarização. A Economia, muito próxima da contabilidade, não o atraía. A Faculdade Nacional de Filosofia, por sua vez, abria-lhe como horizonte apenas a possibilidade de ser professor no ensino secundário. Foi, então, que optou pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Trabalhando, Marini acompanhava o curso no período noturno. Apesar de uma distância relativa, Ruy Mauro Marini salienta o aprendizado que teve no

Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), uma das mais prestigiadas entidades estudantis de seu tempo (Marini, 2005).

A Faculdade Nacional de Direito não podia lhe oferecer muito mais do que ele já havia aproveitado nos primeiros anos. Foi quando a Fundação Getúlio Vargas, também na cidade do Rio de Janeiro, com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), abriu o ingresso, com bolsa, aos jovens que estivessem interessados em cursar a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap). Segundo Marini, a Ebap era aberta às ciências sociais e recrutava um corpo docente de perfil mais jovem, que as universidades tradicionais normalmente afastavam. Nela se deu o primeiro contato com Alberto Guerreiro Ramos, descrito como um "professor de Sociologia, crítico irreverente de tudo que cheirasse a oficialismo, eclético incorrigível, aberto às novas ideias que se originavam de Bandung e da Cepal; sua influência sobre mim, naqueles anos, foi absoluta" (Marini, 2005, p. 62). Marini elenca ainda no rol de nomes que o marcaram Julien Chacel, professor de Economia, François Grazier, de Ciência Política, e Benedito Silva, diretor da Escola.

Já em seu segundo ano de curso, começou a atuar como professor assistente de Guerreiro Ramos na Escola de Serviço Público, vinculada ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). A orientação e apoio pessoal de Guerreiro encaminharam Marini para uma bolsa de estudos na França, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (SciencesPo). Antes da viagem, Marini realizou uma pesquisa nacional para a Petrobrás, tratando sobre as condições de vida dos trabalhadores da empresa (Marini, 2005).

Nos dois anos na França, estudou de maneira sistemática Hegel, Marx e alguns autores marxistas, em especial, Lenin. Teve contato, ainda, com figuras notáveis como Georges Balandier, René Dumont, Georges Gurvitch e Maurice Merleau-Ponty. Aquele período coincidia com o auge da teoria desenvolvimentista na América Latina e no Brasil e, ainda na Ebap, Marini se familiarizara com esta teoria e assistira de perto à formação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ligado ao Ministério da Educação e Cultura de Juscelino Kubitschek, cuja missão era a promoção do nacional-desenvolvimentismo, de diferentes matizes, nas mais diversas áreas do conhecimento acadêmico. Na academia francesa, o principal difusor das ideias desenvolvimentistas foi Balandier de modo que, no exterior, Marini permanecia acompanhando os temas da América Latina, afastando-se, porém,

das premissas da Cepal<sup>4</sup>. Além disso, também era a época da radicalização da guerra da Argélia, que provocou rupturas em grupos políticos e intelectuais, eventos que Marini acompanhou devido ao contato com jovens militantes imigrantes que também estavam na França.

As teorias do desenvolvimento, em voga nos Estados Unidos e nos centros europeus, se me revelaram, então, como o que realmente eram: instrumento de domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no após-guerra pela descolonização. Começa, então, o meu afastamento em relação à Cepal, fortemente influenciado, ademais, pela minha crescente adscrição ao marxismo (Marini, 2005, p. 62-63).

A França poderia ter representado um afastamento do referencial latino-americano em favor da influência europeia, mas ocorreu o contrário, tendo sido a consolidação de sua perspectiva de mundo latino-americanista e, nesta, de afastamento da concepção nacional-desenvolvimentista, o que lhe impulsionou para novas direções. Ainda na França, Marini conheceu o grupo que editava a revista *Movimento Socialista*<sup>5</sup>, órgão da juventude do Partido Socialista, onde publicou um artigo que ajustava contas com aquela visão nacional-desenvolvimentista.

Marini retorna ao Brasil em meados de 1960 e reassume seu cargo como professor assistente na Escola de Serviço Público, onde o salário não era muito alto. Tornou-se, então, correspondente da agência cubana de notícias *Prensa Latina*, acompanhando o governo Jânio Quadros, sua renúncia, a crise política instaurada e a primeira fase do governo Jango. Paralelamente, Marini ligava-se ao grupo que dirigia a União Metropolitana dos Estudantes, contribuindo para o jornal ligado à entidade, denominado *O Metropolitano*.

-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Em 1948, foi criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) que aliou o chileno Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado, e se desenvolveu como uma escola de pensamento que entendia a industrialização como aglutinadora do desenvolvimento, progresso e democracia política. Nos termos cepalinos, a implementação do processo de substituição de importações levaria à superação do subdesenvolvimento desses países, assim como à alteração estrutural de sua inserção na divisão internacional do trabalho. Apesar de ter representado um avanço frente à teoria ortodoxa do desenvolvimento, suas propostas não tocavam nas estruturas de poder existentes e pensavam o desenvolvimento como um *continuum*. Cf. Rodríguez, 1981.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Cabe registrar o papel aglutinador desta revista para a formação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM – PO, mais conhecida como Polop). "A revista Movimento Socialista teve um papel importante no trabalho político de articulação que permitiu a aproximação entre os 'grupos de distinta origem, como a pequena Liga Socialista, de inspiração luxemburguista, de São Paulo, membros da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, ex-trotskistas e egressos do PCB' e do PSB" (Coelho & Santos, 2011, p. 4). Ruy Mauro Marini se engajará posteriormente na Polop.

O ano de 1961 é destacado por Bichir (1986) como fundamental no entrelaçamento definitivo das trajetórias de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos. É o I Congresso da Organização Revolucionária Marxista — Política Operária (ORM-POLOP), expressão política de profundo questionamento à política da Terceira Internacional — encabeçada no Brasil pelo PCB — e o ano de mais forte influência da Revolução Cubana que já ultrapassava o caráter de revolução nacionalista para a reivindicação socialista.

Em setembro de 1962, Marini integra-se à UnB. Darcy Ribeiro, como seu mentor e primeiro reitor, em conexão a Anísio Teixeira, contando com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), dava curso à mais original experiência universitária no Brasil e trazia para o cerrado nomes consagrados de cientistas brasileiros e estrangeiros a abraçar o projeto da "universidade necessária", além de jovens aspirantes à carreira acadêmica (Miglievich-Ribeiro, 2014). Marco Antonio Rodrigues Dias (2013) descreve a mentalidade utópica que nela ganhava expressão:

Inaugurada em 21 de abril de 1962, sob inspiração de um grupo liderado por Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Frei Matheus Rocha e contando com a colaboração de Oscar Niemeyer e Lucio Costa, a Universidade de Brasília representou, no contexto brasileiro, uma revolução na vida acadêmica. Em torno dos que conceberam a Universidade, reuniram-se professores comprometidos com as reformas de que o país necessitava para se modernizar, para se democratizar e para construir uma sociedade melhor, mais justa e mais igualitária. Era o protótipo da universidade cidadã (Dias, 2013, p. 15).

Deste círculo de intelectuais, Marini fez parte, primeiramente, como auxiliar de ensino e, posteriormente, em 1963, como professor assistente. Recorda, neste período, além de Theotonio e Vânia, o contato com Victor Nunes Leal, Lincoln Ribeiro e André Gunder Frank<sup>6</sup>. Como estudante de doutorado, sua tese debatia o fenômeno bonapartista no Brasil, texto que se perderia em 1964, na primeira invasão do exército a UnB (Marini, 2005). A concretização da "universidade necessária" não teve tempo de se dar. De 1º. de abril de 1964 até o AI-5 de 1968, os arbítrios se sucederam, perseguições, prisões, desaparecimentos de docentes e de discentes. Entretanto, o círculo ali nascido foi o marco da então incipiente teoria

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> "[...] foi então que Frank – absorvendo os novos elementos teóricos, que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira – amadureceu as teses que exporia, de maneira provocativa e audaz, em seu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967, livro que representa um marco do que viria a se chamar de teoria da dependência" (Marini, 2005, p. 66).

da dependência marxista, reunindo estudiosos que estavam, simultaneamente, nas organizações políticas e na universidade. Desfez-se o projeto institucional, porém, Marini, dos Santos, Bambirra e Gunder Frank se reencontrariam noutros cenários, fazendo desdobrar aquele início, na medida em que se manteriam organicamente ligados às lutas antihegemônicas no continente latino-americano.

Desde os inícios dos anos 1960, enquanto o PCB, e seus intelectuais, buscavam justificação teórica para a implementação da cartilha da Terceira Internacional, a "nova esquerda", sobretudo a intelectualidade ligada à POLOP, forjava uma estratégia de luta antiimperialista e socialista, sem etapas. Isto é, sem qualquer revolução "nacional-democrática" a precedê-la. Por consequência, enquanto o PCB defendia uma política de "frente única" entre trabalhadores e burguesia, a POLOP seguia defendendo a independência de classe dos trabalhadores, convocando o PCB ao rompimento com o governo Jango. A teoria da dependência de esquerda, por isso, nascera no Brasil e da contestação política.

Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a veem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções de "nova esquerda" – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas. A Cepal só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que haviam se dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio de revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antifeudal que eles haviam herdado da Terceira Internacional (Marini, 2005, p. 66).

No momento do golpe militar de 1964, Marini estava no Rio de Janeiro. Isto não evitou que, na primeira intervenção realizada pelos militares na UnB, fosse demitido junto a outros doze professores. Em julho, Marini era preso pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar), onde permaneceu até setembro, beneficiado por um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, no mesmo mês, Marini era novamente capturado pela Marinha e entregue ao Exército, em Brasília, onde sofreria outro processo. Em dezembro, conseguiu um novo *habeas corpus*. A partir de então, passou a viver na clandestinidade e, após três meses, partiu para seu primeiro exilio, no México (Marini, 2005).

No aeroporto do México, era esperado por um grupo de cerca de vinte asilados. Entre os vários amigos, reencontrou André Gunder Frank, que estava lecionando na Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) e facilitou os primeiros contatos intelectuais e políticos mexicanos. Para o azar de Marini, logo após sua chegada, Pablo González Casanova – que o havia recebido com solidariedade – deixava a direção da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Unam, dando lugar a Enrique González Pedrera, que não o recebeu. Por isso, com intercessão de Mario Ojeda Gómez, conseguiu se empregar como professor no Colégio do México (Colmex). Neste período, buscando sistematizar uma análise sobre o processo político brasileiro, escreveu o artigo *Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporâneo*, texto que se baseava no relatório sobre a situação brasileira que havia enviado ao Comitê Central da Polop em março de 1965 em que Marini destaca a

[...] atenção para a mudança operada nos movimentos de capital no pósguerra, com vantagem para os investimentos diretos na indústria, tese que de constituiria em um dos pilares da teoria da dependência, principalmente pelas implicações do fenômeno na diferenciação interna da burguesia, que eu apontava no artigo e que sustentavam o conceito de "burguesia integrada", que eu ali expunha (Marini, 2005, p. 71).

Começou a desenvolver o conceito de subimperialismo, que gerou grande interesse por parte de círculos intelectuais. Em Montevidéu, a revista *Marcha*<sup>7</sup> passou a desenvolver teses a respeito. Em 1966, Marini publicou, em colaboração com a revista *Cuadernos Americano* (dirigida por Jesús Silva Herzog), o artigo *La dialéctica del desarrollo capitalista brasileño*, desta vez menos preocupado com a imbricação entre a economia brasileira e o imperialismo, mas enfatizando o processo sociopolítico. Em 1970, publica, na revista cubana *Pensamiento Crítico*, o artigo *El carácter de La revolución brasileña* (Marini, 2005).

No Colmex, em 1967, Marini organizou um Seminário sobre América Latina onde participavam diversos conferencistas, aproveitando a passagem de intelectuais brasileiros igualmente exilados pelo país, como Celso Furtado, Octávio Ianni e Hélio Jaguaribe. Neste mesmo ano, atendendo à solicitação da revista *Tricontinental*, escreveu o artigo *Subdesarrolo* 

\_

COELHO, 2002.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Marcha era um periódico semanal fundado por Carlos Quijano em 1939. Conforme Pablo Rocca, seus preceitos, mantidos desde sua fundação, eram o nacionalismo latino-americano, o antiimperialismo, o socialismo com algumas notas liberais e antimilitaristas. O semanário uruguaio aglutinou os brasileiros e outros exilados latino-americanos, a exemplo de Darcy Ribeiro e do crítico literário argentino Noé Jitrik. Os círculos de Marcha se estendiam, porém, para além do Uruguai e marcou várias gerações intelectuais na América Latina. Cf.

*y revolución em América Latina*, que viria a ser seu trabalho mais conhecido internacionalmente, pelo grande alcance da revista.

Esse ensaio, que reflete o essencial das investigações que eu vinha realizando, desde fins de 1965, resume seu conteúdo na declaração inicial — "a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial"— e se dedica a demonstrar que esse subdesenvolvimento é simplesmente a forma particular que assumiu a região ao se integrar ao capitalismo mundial (Marini, 2005, p. 76).

Em 1968, Marini conseguia, finalmente, ingressar na Unam. A convite de Leopoldo Zea, assumiu a cátedra "História do Brasil e seus Antecedentes Portugueses", no Centro de Estudos Latino-Americanos da Faculdade de Filosofia, além da organização de um novo seminário sobre América Latina.

Desde 1966, Marini havia se integrado como educador ao Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina (Conescal) – dirigida e mantida pela Unesco, OEA e governo do México. Neste, pôde "aprofundar no estudo da realidade economia e social latino-americana" (Marini, 2005, p. 78). Permaneceu na Conescal até sua saída do México, em 1969, sem que houvesse deixado de lado a atividade jornalística, escrevendo para o jornal *El Día*. Esta participação, no entanto, lhe rendeu desgastes na relação com o governo mexicano:

Em maio, entusiasmado com as ações do movimento estudantil brasileiro, escrevi um artigo de página inteira, no qual analisava suas motivações e definições programáticas, sua dinâmica e suas táticas de luta. Por razões nunca aclaradas, ele foi publicado em agosto, pouco depois da eclosão do movimento estudantil-popular, que, em julho, sacudiu o *establishment* mexicano até seus alicerces e se constituiu em um dos mais importantes pontos de ruptura na história do país. [...] O fato — somado a meus antecedentes políticos, minha atividade docente e uma conferência pública, no Colégio, sobre a questão estudantil latino-americana— tornou pesado o ambiente que me cercava, até em minha casa (que passou a ser vigiada e a sofrer censura telefônica); no órgão da Secretaria de Gobernación, encarregado do controle dos asilados, recebi tratamento francamente hostil. Ao ter lugar, em outubro, a repressão governamental, com o massacre de Tlatelolco, minha situação se tornou insustentável (Marini, 2005, p. 78-79).

Diante do inevitável, o primeiro plano era seguir para a Argélia, passando pela França, tendo o contato de Miguel Arraes para facilitar sua entrada. No entanto, o governo mexicano, em colaboração com a ditadura militar brasileira, negou-lhe a saída buscando evitar deslocamentos para centros de reunião de exilados, como a França, Uruguai e Chile. Durante

quase um ano em que Marini tentava sair do México, Marini recebia outros militantes exilados e descobriu que seus ensaios também encontravam difusão no Brasil. A União Metropolitana dos Estudantes realizara uma publicação mimeografada de um texto seu com o título *Perspectivas da situação econômica brasileira*. Um deles, o jovem Ricardo Villas, indagou, incrédulo, "Mas Ruy Mauro Marini existe, mesmo?", ante a inesperada materialização do que não fora, até então, mais do que um rótulo de textos de formação política" (Marini, 2005, p. 81).

Em 1969, participou do livro, organizado por Gonzáles Casanova, *Sociologia del desarollo econômico (Uma guia para su estúdio)*. Noutro livro, reunindo seus estudos sobre o Brasil e as organizações de esquerda, produziu *Subdesarrollo y revolución*", publicado em 1970<sup>8</sup>. A negativa da França para a sua entrada e o cenário político favorável que se construía no Chile fizeram-no optar por este último e, em novembro de 1969, chegava em Santiago.

# 3. Segunda fase: o Capítulo Chileno

Em 1970, o Chile gozava um longo período de regime democrático e realizaria mais uma eleição presidencial. O candidato socialista Salvador Allende disputava o pleito pela quarta ver consecutiva. Era uma disputa de extrema importância geopolítica para os Estados Unidos que temiam a ascensão de um segundo regime socialista na América Latina, retirando Cuba do isolamento e dando início a uma "onda vermelha" no continente. A derrota de Allende, em especial no ano de 1964, era estratégica, quando o regime militar brasileiro mal se instalara, mas se repetiria em 1970. Foi nesse ano que a Frente de Ación Popular (FRAP) – coalização de organizações de esquerda pela qual Allende disputou as eleições de 1964 – deu lugar à Unidade Popular (UP). A UP contava com aquelas organizações que haviam participado da FRAP à qual se somava o Partido Radical (PR), conformando um bloco entre socialistas, comunistas, socialdemocratas e cristãos progressistas em torno do nome de Salvador Allende.

À direita, e em oposição à UP, lançavam-se candidatos Jorge Alessandri, pelo Partido Nacional, e Radomiro Tomic, pelo Partido Democrata Cristão. A votação do dia 4 de

-

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> "Problemas, é certo, o livro criou, mas em países como Brasil e Argentina, que apreenderam e destruíram remessas inteiras dele. Na maior parte da América Latina, porém, e no México em particular, ele foi um sucesso, que logo chegou à Europa" (Marini, 2005, p. 83).

setembro, porém daria vitória apertadíssima a Salvador Allende<sup>9</sup>. O segundo turno, segundo previa a Constituição chilena, ocorreria por via indireta, cabendo a Câmara dos Deputados e ao Senado escolher o presidente.

Esta condição poderia ter resultado na escolha de outro candidato que não Allende, pois os partidos da UP constituíam minoria em ambas as câmaras. No entanto, havia, no Chile, a firma tradição do candidato com a maioria dos votos sempre ser aprovado quando da realização da sessão conjunta, sete semanas após a eleição geral (Davis, 1990, p. 21).

O Congresso chileno instituía Allende como presidente por 153 votos a 35 (DAVIS, 1990). Era o início da tentativa da UP de "via pacífica" ao socialismo, contrariando fortemente a geopolítica do continente. Fora da Unidade Popular, mais à esquerda, localizavase o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), agrupamento influenciado pela revolução cubana que defendia a sustentação do governo Allende por meio de guerrilhas urbanas e rurais<sup>10</sup>.

O cenário promissor de uma experiência socialista e democrática no Chile atraiu vários exilados brasileiros, dentre eles Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Alminio Afonso, Guy de Almeida, José Maria Rablo, Maria da Conceição Tavares e Darcy Ribeiro, alguns chegando a Santiago para somar ao governo de Allende. Distintamente, é ao Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR) que Ruy Mauro Marini se aproximará durante os três anos em que permanecerá no Chile. O epicentro fundacional do MIR foi a cidade de Concepción, após rompimento de um grupo do Partido Socialista no início da década de 1960. Esse "racha" daria origem à Vanguarda Revolucionária Marxista, que logo se transformaria no MIR. As ações do MIR se dividiam em quatro vertentes de mobilização: estudantes universitários, operários, trabalhadores rurais e posseiros. Mas é, sobretudo, na Federação de Estudantes de Concepción (FEC), que o MIR era mais forte. Segundo o próprio Marini, neste tempo, as atividades acadêmicas e políticas eram intensas e se confundiam. Devemos falar em "estruturas de sentimentos" que favoreciam a articulação de uma cultura contra-hegemônica.

governo Allende como "burguês-reformista". Cf. Davis, 1990.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Allende conquistou 36,22% dos votos, enquanto o segundo colocado Jorge Alessandri ficou com 34,9% e Radomiro Tomic, 27,1% (Bandeira, 2008).

Além do MIR, que buscava fazer frente às ações terroristas do *Patria y Libertad*, organização neofascista que visava à desestabilização do governo chileno, outras organizações de esquerda se encontravam fora da Unidade Popular, são elas: a Vanguardia Organizada Del Pueblo (VOP), que nasceu de um racha do MIR em 1969; o Movimento Revolucionário Manuel Rodríguez (MR-2), também surgida de uma fração do MIR; e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), grupo que conciliava as tradições trotskystas e maoistas, caracterizava o

Nestas, Marini produziu o texto *Os movimentos estudantis na América Latina*<sup>11</sup>, assim como retomava no Chile a elaboração da teoria da dependência marxista, quando também reencontrava Gunder Frank. Gutiérrez, então presidente da FEC, historicamente ligado ao MIR, declara acerca do empreendimento intelectual:

Aprendi muito cedo, com Ruy, que a teoria da dependência não era um subproduto ou uma alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal; essa teoria encontrava suas raízes nas concepções da nova esquerda que surgia em toda a América Latina e que buscava se contrapor à ideologia desenvolvida pelos partidos comunistas, que começaram a incorporar as ideias cepalinas a partir das teses da deterioração dos termos de troca, do dualismo estrutural, da existência de uma suposta burguesia nacional e da viabilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo. Isso os levava a sustentar a ideia da revolução democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista, herdada da Terceira Internacional (Gutiérrez, 2005, p. 253-254).

O depoimento de Gutiérrez baliza nossa aposta na fertilidade analítica de Antonio Gramsci (1982) e Raymond Williams (2003; 2011) para uma sociologia dos intelectuais críticos brasileiros no exílio latino-americano. A formulação da teoria emanava da prática política e dos processos reais de luta. O convívio cotidiano produzia um clima que equivalia, nos termos de Raymond Williams (2011) a uma "cultura emergente", quando novas práticas, experiências e significados estão sendo incessante e constantemente criados em oposição à cultura dominante, a qual, sempre alerta às novidades, busca incorporá-los o mais rápido possível à ordem hegemônica, quer por ações persuasivas quer pela violência. A ambiência era de risco e de combatividade e, nessas "estruturas de sentimentos", Ruy Mauro Marini assumia plenamente sua condição "intelectual orgânico".

Em fins de 1970, Marini seguiu para Santiago, sem se desvincular do MIR, passando a lecionar no Centro de Estudos Sócioeconômicos (Ceso)<sup>12</sup> da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, que além de Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Gunder Frank, contava, também, com Marta Harnecker, Emir Sader e Jaime Osório. Neste período, produziu

-

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Em suas memórias, Marini não destaca o momento exato em que optou pelo MIR, tampouco os motivos desta decisão. Mas, de acordo com Nelson Gutiérrez, sociólogo e membro da direção histórica do MIR, a entrada de Marini na organização ocorreu logo em sua chegada ao Chile, em novembro de 1969. Naquele momento o próprio Gutiérrez era presidente da FEC e, já conhecendo muito da trajetória política e intelectual de Marini, articulou para que ele se fixasse em Concepción, onde permaneceu por pouco mais de um ano.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Segundo Nelson Gutiérrez (2005) o Ceso, entre 1971 e 1973, converteu-se em um dos mais importantes centros da intelectualidade crítica do Chile, além de referência para intelectuais da América Latina, África, Estados Unidos e Europa.

o artigo *Razón e sinrazón de La sociologia marxista*, publicado na revista *Sociedade y Desarollo*, além de um texto discorrendo sobre a teoria da revolução, que foi queimado quando seu apartamento foi invadido pelo exército no golpe de 1973 (Marini, 2005).

O frutífero período foi também marcado pela publicação da *Dialéctica de la dependência*, síntese de estudos, pesquisas e incansáveis debates com a intelectualidade latino-americana ao longo daqueles anos. Esta é considerada a maior obra publicada pelo autor. Segundo Marini,

Tal como ficou, Dialéctica de la dependencia era um texto inegavelmente original, tendo contribuído para abrir novo caminho aos estudos marxistas na região e colocar sobre outras bases o estudo da realidade latino-americana. A démarche teórica que ali realizei consistiu, essencialmente, em rejeitar a linha tradicional de análise do subdesenvolvimento, mediante a qual este se captava através de um conjunto de indicadores, os quais, a seu turno, serviam para defini-lo: o resultado não era simplesmente descritivo, mas tautológico. Assim, um país seria subdesenvolvido porque seus indicadores relativos à renda per capita, à escolaridade, à nutrição, etc., correspondiam a certo nível de uma escala dada e esses indicadores se situariam a esse nível porque o país era subdesenvolvido. Tentando ir além dessa colocação enganosa, a CEPAL avançara pouco, ficando, como elemento válido de sua elaboração, a crítica à teoria clássica do comércio internacional e a constatação das transferências de valor que a divisão internacional do trabalho propicia, em detrimento da economia latino-americana (Marini, 2005, p. 90).

A primeira crítica ao livro partiu de Fernando Henrique Cardoso, no Congresso Latino-Americano de Sociologia (1972), onde Marini acabava de apresentar seu texto completo. A crítica de Cardoso baseava-se no texto preliminar, que estava publicado na revista *Sociedad y Desarrolo*, não no mais completo e atualizado, que havia sido recémpublicado na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, fator que contribuiu para a inauguração de uma série de deturpações em torno das teses sustentadas por Marini. Estas críticas foram refutadas por Marini no *post-scriptum* publicado na edição mexicana, em 1973, denominado *En torno a Dialéctica de la Dependencia*. Em contrapartida, a publicação também ganhou grande prestígio não só entre intelectuais latino-americanos, mas também na Europa, tendo edições (muitas delas "piratas") na França, Portugal, Espanha e Alemanha<sup>13</sup>.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Sobre os embates com Cardoso, abrimos uma breve observação: o conjunto das obras de Marini, dentre elas *Dialética da Dependência*, era de circulação proibida no Brasil, enquanto que Fernando Henrique Cardoso contava com ampla divulgação de seus escritos, mesmo no auge da repressão militar. Em fins da década de 1970, Cardoso escreveria, junto a José Serra, o texto *As desventuras da dialética da dependência*, em que ambos criticavam vorazmente as formulações de Marini. No Brasil, o artigo de Cardoso e Serra foi publicado na revista

Dentre as atividades políticas assumidas por Marini em Santiago, destaca-se a criação e direção da revista *Chile Hoy*, juntamente a Marta Harnecker, Theotonio dos Santos, Alberto Martínez e Pío Gárcia. Esta revista foi criada para estabelecer um espaço de debate entre as correntes da esquerda chilena, em especial em meio à polarização que se dava entre a Unidade Popular (UP) e o Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR). Na revista *Chile Hoy*, Marini publicou um total de nove textos, sendo o último deles *Perspectivas Del Movimiento de Masas* na edição número 64, de 31 de agosto a 6 de setembro, isto é, nas vésperas do golpe chileno. Nele, Ruy Mauro defendia a necessidade de manutenção de uma postura ofensiva, e não conciliatória, confiando nas organizações mais radicais e focando nos cordões industriais. Alertava que não se poderia vacilar ou se teria o retrocesso (Marini, 1976).

Em 1973, o segundo número da revista *Marxismo y Revolución* – que continha dois textos de Marini *El desarrollo industrial dependiente y la crisis del sistema de dominación* e *La política econômica de La 'vía chilena'* – foi destruído ainda na gráfica, pelo exército nos dias seguintes ao golpe. O conteúdo destes textos, no entanto, está exposto no livro que foi publicado no México em 1976, chamado *El reformismo y la contrarrevolucion: estúdios sobre Chile*. Ainda é necessário mencionar a produção do texto *La izquierda revolucionaria brasileña y las nuevas condiciones de la lucha de classes*, que dava continuidade à uma reflexão iniciada no último capítulo de Subdesenvolvimento e Revolução.

Mas com uma diferença. "Vanguardia y clase" fora escrito em 1969, quando a luta armada apenas começava e a intelectualidade de esquerda, por seguidismo ou por medo, a aplaudia ou, na melhor das hipóteses, se calava; eu me sentia, portanto, não só em liberdade, mas inclusive no dever de criticar as concepções e a prática da esquerda armada, alertando-a para o que poderia daí advir. Em 1971, porém, quando escrevo o segundo ensaio, era já evidente o fracasso da empreitada e, de todos os lados, choviam as críticas à esquerda armada, o que me levou a reivindicá-la — embora sem renunciar à análise do seu desempenho (Marini, 2005).

Estudos do CEBRAP, em seu número 23, de 1979, porém sem a resposta de Marini. Algo a causar estranheza uma vez que o artigo havia sido primeiramente publicado em 1978 na *Revista Mexicana de Sociologia*, incluindo, em seguida, a resposta de Marini: *Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)*. Vale notar ainda que o primeiro livro de Marini publicado no Brasil foi *America Latina:dependência e integração*, apenas no ano de 1992. O cerco teórico a Ruy Mauro Marini não partia, portanto, apenas da ditadura militar, mas também de setores da academia brasileira. Cf. Prado, 2011.

Este ensaio foi publicado na coletânea organizada por Vânia Bambirra, denominada Diez años di insurreccion em América Latina. Após o golpe chileno de 1973, o livro se tornou uma raridade, restando, porém, a edição italiana L'esperienza rivoluzionaria latinoamericana. Este ensaio de Marini foi adicionado às edições seguintes de Subdesenvolvimento e Revolução, mas com título diverso: Luta Armada e Luta de Classes. Por fim, destacamos a publicação de Brazilian sub-imperialism, na Monthly Review. A extensa lista de publicações de Marini no Chile demonstra o auge de seu amadurecimento acadêmico, político e intelectual (Marini, 2005).

Após o golpe do dia 11 de setembro de 1973, que derrubou o governo Allende, Marini estivera praticamente desaparecido. Isto rendeu rumores de seu fuzilamento no Estádio Nacional, suposição que não era um simples exagero, tendo em vista que ocorreram cerca de 20 mil mortes nos primeiros dias após a derrubada do governo Allende (SIRKIS, 1981).

Estrangeiros eram especialmente visados, vistos como agentes infiltrados, ficando reféns do que Sirkis (1981) chamou de "Roleta Chilena", isto é, a absoluta aleatoriedade dos militares em prender, torturar ou matar. Felizmente, não passaram de rumores, Marini conseguiria passar pela *roleta chilena* e fugir do Chile com quarenta dólares que a empregada doméstica, Carmen, havia lhe dado. Partiu em direção ao Panamá (Marini, 2005).

#### 4. Terceira fase: do Panamá ao Brasil

O planejamento era de que o Panamá seria um ponto de passagem. Foi grande a mobilização em diversos países para que Marini fosse acolhido, apesar deste priorizar a ida para Argentina e México, venezuelanos, italianos e franceses também "disputavam" sua presença. Como os contatos na Argentina e no México demoraram a se tornar alternativas viáveis, Marini permaneceu no Panamá até janeiro de 1974. A melhor oferta partiu, no entanto, da Alemanha, realizado por Otto Kreye – tanto do ponto de vista financeiro, quanto na agilidade da documentação. Era esse, portanto, seu destino seguinte. Impressiona, nesse sentido, como a rede de intelectuais no exílio era forte em tempos hostis, estendendo-se da América Latina a Europa, também à África. O sentimento da esquerda no exílio, golpe após golpe da direita, levava aqueles homens e aquelas mulheres a uma comunhão de sensibilidades que gerava solidariedade e fazia se renovar as formas de resistência, em "estruturas de sentimentos" capazes de se manter como uma cultura de oposição.

A Alemanha possibilitou-lhe, mais uma vez, a companhia de Gunder Frank, contudo, Marini (2005) destaca que não foi um período marcado por uma intensa produção intelectual no que pode estar enganado dada a multiplicação de traduções de seus textos, além de sua especial dedicação à atividade de denúncia do golpe militar chileno em diversos fóruns, ainda a atividades à distância com a Unam, como na fundação dos *Cuadernos Políticos*. No entanto, bastaram dois anos para que a vontade de Marini fosse a de retornar ao México, fato que se deu em 1976.

Na Unam, à intensa atividade acadêmica, com orientação de mestrandos e doutorandos, soma-se sua participação na criação do Centro de Informação, Documentação e Análise do Movimento Operário (Cidamo), em 1977, um dos espaços onde desenvolveu novas ideias sobre as perspectivas de redemocratização dos estados latino-americanos e a nova "janela" de lutas que poderia daí surgir.

Em 1979, tendo sido decretada a Lei de Anistia, Marini retornaria pela primeira vez ao Brasil, onde só veio a morar novamente em meados de 1984, quase vinte anos após seu exílio. De pronto, uma primeira observação feita por Marini foi o fechamento dos circuitos intelectuais, uma vez que muitos colegas haviam progressivamente se distanciado dos debates latino-americanos, ao mesmo tempo em que se blindavam corporativamente de qualquer engajamento político. Assim, o ambiente acadêmico brasileiro, a cultura hegemônica, com o qual se deparou ao voltar, bastante distinto das "estruturas de sentimentos" que conheceu nos círculos no exílio, pareceu-lhe sufocar.

Neste contexto, a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970, marcada por processos políticos de grande transcendência e concluída com uma revolução popular vitoriosa (Marini, 2005, p 121).

Raymond Williams (2011) antecipou a reflexão pela qual as instituições educacionais, por excelência, servem como agências de transmissão da cultura dominante para promovê-la na sociedade. Tal processo ideológico é capaz de metamorfosear até mesmo as culturas alternativas para incorporá-las sutilmente à hegemonia bem como tornar resistências do passado toleradas ou mesmo convenientes ao *status quo*, sem contradizê-lo. Assim, a cultura universitária sobrevivente nas décadas do regime militar, em geral, resultou num saldo que

parecia conviver sem maiores problemas com o estado de coisas instalado, podendo-se notar, pois, que mesmo como "cultura alternativa", esta não ousava ultrapassar a linha tênue entre o alternativo e o opositor:

Há uma distinção teórica simples entre o alternativo e o opositor, isto é, entre alguém que meramente encontra um jeito diferente de viver e quer ser deixado só e alguém que encontra uma maneira de viver e quer mudar a sociedade. Mas à medida que a área necessária de dominação efetiva se estende esse mesmo significado ou prática pode ser visto pela cultura dominante não apenas como desprezando-a ou desrespeitando-a, mas como um modo de contestá-la. (Williams, 2011, p. 58).

Em contrapartida, este mesmo Rio de Janeiro é o espaço onde reencontra antigos companheiros de lutas, como Theotonio dos Santos, Neiva Moreira e Darcy Ribeiro. Com o último, tentou a criação de um Centro de Estudos Nacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mas sem sucesso pela desfavorável correção de forças internas na reitoria da universidade. Com Theotonio, seguiu com um trabalho mais frutífero na Fundação Escola de Serviço Público (Fesp) do Rio de Janeiro que, de certa forma, retomava sua antiga atuação na Ebap.

Em 1986, era chamado pelo então Reitor da UnB, Cristovam Buarque, a ressumir seu cargo como professor naquela universidade, novamente com Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Após se manter desenvolvendo uma série de pesquisas e atividades acadêmicas, Ruy Mauro Marini morre na cidade do Rio de Janeiro, em 1996, acometido por um câncer. O legado de seu pensamento, no entanto, segue vivo nos contemporâneos debates latino-americanos e nas reformulações da teoria marxista da dependência.

## Considerações finais

João Goulart, presidente da república, após as mais tensas possíveis negociações com as elites e as forças armadas brasileiras, ao ousar, dentre outras, as reformas de base, não demorou a sofrer um golpe que interromperia sonhos, acirrando a repressão. A partir do golpe de 1º de abril de 1964 no Brasil, dentre as primeiras medidas do governo militar, destacou-se a perseguição aos políticos e aos intelectuais efetiva ou potencialmente ligados ao governo

deposto. O exílio político tornou-se para o novo governo uma eficiente estratégia de desarticulação dos antagonistas do regime.

O exilado sai sem saber se retorna à sua pátria. Seu projeto político (e de vida) foi derrotado e, a partir deste dado inconteste, poderá "reinventar-se" no exterior, ou desistir. Nisto, vários fatores interferem, dentre eles, a constituição de uma rede fértil de contatos no exterior e suas perspectivas. Decifrar as "estruturas de sentimentos" (Williams, 2011) que se forjaram no exílio latino-americano é tentar compreender como as práticas sociais, os modos de organização econômica, o engajamento dos intelectuais brasileiros se coordenaram e originaram uma inédita experiência favorável à formulação de um potente pensamento crítico a partir do subcontinente que, conforme vimos, explicitava a inviabilidade do capitalismo periférico reproduzir experiências bem sucedidas de desenvolvimento tendo como espelho a Europa ou os EUA. Nascia, assim, a Teoria da Dependência enquanto um corpo teórico que, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, buscou compreender os limites de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e forças imperialistas poderosas. Era nítida àquela geração a ilusão da existência de uma burguesia nacional, em verdade, incapaz de sustentar um projeto progressista de sociedade. Ao mesmo tempo, um fato histórico sem precedentes na região, a revolução cubana de 1959, abriu caminho para a radicalização da esquerda latino-americana, frágil, porém, para responder a uma série de golpes militares no Cone Sul, que contavam com o apoio explícito das burguesias locais e dos Estados Unidos.

A Teoria da Dependência nascia nessas "estruturas de sentimentos" e viria a se dividir em duas correntes, a que ficou conhecida como weberiana, composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (Traspadini, 2014), e a corrente marxista, que teve, como dissemos anteriormente, em Ruy Mauro Marini seu principal expoente. Dedicamos nossa investigação à trajetória do último, intentando, com base no materialismo cultural de Williams (2011), expor como seu engajamento político, as vivências no exílio, os círculos aos quais aderiu explicam em grande medida a contundente crítica por ele formulada, sem recair, por isso, na "ilusão biográfica", condenada por Pierre Bourdieu (1986), caso se negligencie o contexto no qual as vivências humanas se dão.

A teoria da dependência marxista tem uma linhagem, algo mais próximo de uma rede de influências, antecedentes e desdobramentos. Postulamos que nasce como "consciência

prática", nos termos de Williams (2011), algo diferente da consciência oficial, "sentimentos" espraiados e rearticulados que se confundem com as experiências mesmas, e que antecede qualquer institucionalização. Buscamos aqui argumentar que falar deste capítulo do pensamento social latino-americano é falar de intelectuais orgânicos, a exemplo de Ruy Mauro Marini e muito mais. Implica retomar a vivacidade da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e de seu Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o CACO. Juntar a esta os novos ares da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap) onde estavam Alberto Guerreiro Ramos, Julien Chacel, François Grazier, Benedito Silva, dentre outros. Exige perscrutar o Iseb e, também reconhecer seu divulgador, na França, Georges Balandier. Também requer debater os ideais de Darcy Ribeiro contidos na UnB. É mencionar com ênfase a Polop e a revista *Movimento Socialista*. É destacar o rico convívio entre Marini, Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Também implica recuperar a experiência da repressão, da clandestinidade, do exílio.

Boa parte dos intelectuais de esquerda, nos anos 1960-70, viviam a dilacerante experiência do exílio. As vivências partilhadas, afetos, reconhecimento mútuo, o sonho do retorno breve e a desilusão em face da lentidão da história, levaram-nos, muitas vezes, à busca da compreensão de seu entorno na tentativa da aceleração do tempo visando à superação do presente. Nas "estruturas de sentimentos" do exílio no Uruguai, Venezuela, Chile, Peru, Panamá, México, dentre outros, os brasileiros se descobriam "cidadãos latino-americanos" e expandiam o entendimento da dependência e do subdesenvolvimento.

O crítico e escritor argentino Piglia (2001 apud Pereira, 2007) diz que o intelectual periférico está sempre deslocado e lança ao mundo sua mirada estrábica que, ao se distinguir daquela do intelectual metropolitano, é também uma inevitável subversão do escopo de visão. Enquanto o intelectual da metrópole reconhece-se apenas como o centro, o intelectual periférico é forçado a conhecer a margem e o centro, e se acostuma a transitar entre os dois polos. A partir da periferia, portanto, Marini estabeleceu novos elos e experimentou a comunhão de sentimentos e atos com Pablo González Casanova e Mario Ojeda Gómez. Vivenciou a Unam e o Colmex. Interagiu com a Revista Marcha, e muito provavelmente com Ángel Rama. Conversou com Celso Furtado, Octávio Ianni e Hélio Jaguaribe. Trabalhou com Leopoldo Zea. Falar da ambiência na cidade do México é se debruçar não somente sobre a Unam, mas sobre o Colégio do México (Colmex), e conviver com um aguerrido movimento

estudantil. É sentir a dor do massacre de Tlatelolco. Também, reconhecer os esforços do Centro Regional de Construções Escolares para a América Latina (Conescal).

A Teoria da Dependência assinada por Ruy Mauro Marini começa no Brasil, passa pelo México para onde retorna depois, tem uma emergência especial no Chile de Salvador Allende. Não se pode pensá-la na dissociação com a prática política de Marini no MIR e na FEC, em Concepción, no convívio diário com Nelson Gutiérrez, inúmeros estudantes, operários, trabalhadores rurais e posseiros. Depois, há as jornadas de estudos, pesquisas e cursos no Centro de Estudos Sócioeconômicos (Ceso) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Portanto, no labor com Alminio Afonso, Guy de Almeida, José Maria Rablo e Maria da Conceição Tavares, Marta Harnecker, Alberto Martínez, Pío García, Emir Sader e Jaime Osório, espraiado para a revista *Chile Hoy*. Falar da Teoria da Dependência Marxista é aportar no Panamá e saltar para a Alemanha. Ao tocar novamente em solo mexicano, misturar-se às experiências de *Cuadernos Políticos*, de um lado, do Centro de Informação, Documentação e Análise do Movimento Operário (Cidamo), de outro.

Se existe uma mente criativa, ela estaria balizada em tais "estruturas de sentimentos", que muito têm a ver com ambiência, rede de sociabilidade, clima na produção de uma sociologia dos intelectuais, de seus discursos e prescrições. Para Williams, os portadores de grandes ideias somente assim se tornam dada uma cultura comunitária compartilhada, seu sentimento de pertencimento, a descoberta da alteridade e a prática do dialogismo (Oliveira, 2014).

Em suma, defendemos aqui que uma singular estrutura de sentimentos forjou a geração de intelectuais orgânicos à qual pertenceu Ruy Mauro Marini, cujas práticas, vivências, pensamento, sentimentos puderam existir sob o signo da utopia. O legado da utopia nos é ainda caro, mas nos exigir a atualização em face das graves questões sociais persistentes. Acompanhar a vida e obra de Marini ajuda-nos no empenho de mapear a rede de intelectuais críticos latino-americanos, confrontos e alinhamentos, mutações e recomeços. Uma agenda de pesquisas que se crê necessária na revisão das principais teses a explicar a América Latina.

#### Referências

BANDEIRA, L. A. M. (2008). *Fórmula para o caos:* a derrubada de Salvador Allende. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- BICHIR, M. M. (1986). *A problemática da dependência*: um estudo sobre a vertente marxista da dependência. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.
- BOURDIEU, P. (1996). A ilusão biográfica. In: MORAES FERREIRA, Marieta de; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV.
- COELHO, H. R. (2002). O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai. *Aletria.* p. 211-225. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/poslit. Acesso em 22 de abril de 2017.
- COELHO, E. & SANTOS, I. G. (2011). Para a história da Polop (1961-1983): debate historiográfico e apontamentos iniciais de pesquisa. XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH. São Paulo, *paper*.
- DAVIS, N. (1990). Os dois últimos anos de Salvador Allende. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DIAS, M. A. R. (2013). *UnB e comunicação nos anos 1970*. Acordo tácito, repressão e credibilidade acadêmica. Brasília: Ed. UnB.
- GRAMSCI, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, A. (1975). Quaderni del carcere. Turim: Einaudi.
- GUTIÉRREZ, N. (1986). *Ruy Mauro Marini*: perfil de um intelectual revolucionário. In: MANNHEIM, K.. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- MARINI, R. M. (2005). Memória. In: TRASPADINI, R. & STEDILE, J. P.. (orgs.), *Ruy Mauro Marini*. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular.
- MARINI, R. M. (1976). *Subdesenvolvimento e Revolução*. Lisboa/Portugal: Iniciativas Editoriais Lisboa.
- MICELI, Sérgio. (1980). Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). *Jornal do Brasil*, 23 nov. Caderno Especial, p. 3.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. M. (2014). O pensamento crítico acerca da universidade na América Latina: de Darcy Ribeiro à "modernidade-colonialidade". *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas*. Vol 8, n. 2, p. 149-163.
- OLIVEIRA, M. A. T. de. (2014). Pensando a História da Educação com Raymond Williams. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 257-276, jan./mar. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S2175-62362014000100015.
- PEREIRA, Maria Luiza Scher. (2007). O exílio em Páramo de Guimarães Rosa: dilaceramento e superação. *Psicanálise & Barroco*. Revista de Psicanálise. v.5, n.1: jun, p. 7-21.
- PRADO, F.(2011). A história do não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, 2011, p.68-94.
- RAMA, A (2008).. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- RIDENTI, M.. Brasilidade revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- RODRÍGUEZ, O. (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- SIRKIS, A. (1981). Roleta Chilena. São Paulo: Círculo do Livro.
- SOARES, E. V. (2011). Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. *Sociedade e Estado* (UnB), vol. 26, n. 2, maio/ago, p. 95-112.
- TRASPADINI, Roberta. (2014). *A Teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- VILLAS BÔAS, G. (2006). Uma geração de "mannheimianos". In: \_\_\_\_\_. *Mudança provocada*. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV.

WILLIAMS, R. (2011). Cultura e materialismo. São Paulo: Ed. Unesp.

WILLIAMS, R.(2003). Cultura e Sociedade. São Paulo: Nacional.

Recebido em: 22/04/2017. Aceito em: 25/05/2017